

ÍNDICE INDICE

- 8** O meu olhar desde os cocurutos nas povoações empoleiradas
Conceição Lopes

- 10** Mediterraneidade — o espírito do Mediterrâneo
Fernando Santos Pessoa

- 13** Povoados alcandorados do Mediterrâneo
Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martínez, Desidério Batista, Vítor Ribeiro

ENTRE MARGENS ENTRE LES MARGES

- 16** Águas de Mértola: 2000 anos de abastecimento, armazenamento e gestão da água num povoado alcandorado
Virgílio Lopes, Susana Gómez Martínez, Mária de Fátima Palma, Cláudio Torres, Miguel Reimão Costa

- 22** Le géomorphosite culturel de Matmata (sud-est tunisien): paysage et habitats troglodytiques
Nouri Boukhchim

- 27** A aldeia berbere de Zroua nas montanhas meridionais da Tunísia: identidade e dinâmica da paisagem mediterrânica
Desidério Batista, Miguel Reimão Costa

- 33** Kourbous à l'époque moderne, renaissance et extension d'un village et d'une station thermale en montagne au Cap-Bon (nord-est de la Tunisie)
Beya Abidi

ENTRE PONTOS ENTRE LES POINTS

- 38** Mediterrâneo: um certo genius de habitar
Gonçalo Duarte Gomes

- 43** Las comunidades de Djebel Sirwa (Anti-Atlas, Marruecos): hacia una relación entre hábitat y economía
José María Moreno Narganes, Hacomar Ruiz González, Efraín Marrero Salas, Jared Carballo-Pérez

- 49** Centralidades encaramadas. Ciudades medias de las sierras béticas desde una perspectiva territorial e histórica. Los casos de Estepa y Osuna
Blanca del Espino Hidalgo, Francisco José García Fernández

- 55** Monte Cabeço da Cardo, 226 metros de altitude. Um percurso entre o Mediterrâneo e a faixa atlântica para reconhecimento dos valores do vernáculo
Cláudia de Oliveira Calado Gaspar

ENTRE MONTANHAS ENTRE LES MONTAGNES

- 60** Tagnit n'Abdiy. A arquitetura e a paisagem da região nordeste do Anti-Atlas em Marrocos
Miguel Reimão Costa, Desidério Batista

- 66** Zriba, un village perché du mont Zaghouan (nord-est tunisien)
Meriem Marzouki

- 71** Lecture architecturale, paysagère et culturelle d'un village perché — cas de Takrouna, Tunisie
Ons Najjar, Raja Gzara

- 76** Além da casa sem nome. Novos estudos: Constantina
Vidal Gómez Martínez, Blanca del Espino Hidalgo, María Teresa Pérez Cano

- 82** Manières d’habiter dans les zones montagnardes de la Méditerranée Occidentale: recherches sur les modèles d’habitat traditionnel de Chefchaouen
Leila Harabi

ENTRE FRONTEIRAS ENTRE LES FRONTIÈRES

- 87** “De Marvão vê-se tudo”, assim dizia José Saramago
Jorge de Oliveira
- 94** Topografias dos recintos murados da Pré-História recente do Alto Douro: o caso do Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa)
João Muralha, Sérgio Gomes, Ana Vale, Vítor Oliveira Jorge
- 106** Estruturas de fronteira: arquitetura e povoamento em Ribacôa
Maria Isabel Lopes de Mendonça
- 112** Estremoz: assentamento e fronteira
Ana Costa Rosado

ENTRE ÁGUAS ENTRE LES EAUX

- 112** A arquitetura corrente do Baixo Guadiana através da arqueologia: a parcela do edifício dos antigos CTT de Alcoutim entre os séculos XV a XX
Marco Fernandes, Virgílio Lopes, Susana Gómez Martinez, Miguel Reimão Costa, Alexandra Gradim
- 116** La Cittadella di Gozo a Malta: un’acropoli nel cuore del Mediterraneo
Germano Germanò
- 123** *Telhados de tesouro* da Ribeira de Tavira — Modelos e tipologias da casas nobres entre os séculos XV e XVI
Ana Isabel Nascimento Santos
- 128** Vila da Fuzeta, entre o mar e a terra. Revelar arquiteturas, percursos e horizontes lagunares
Pedro Miguel Mascarenhas de Brito, João Gabriel Candeias Dias Soares
- 134** Os povoamentos alcandorados da cidade de Lisboa em risco
Filipe Mário Lopes

ENTRE TEMPOS ENTRE LES TEMPS

- 139** Arquitetura de adobe em povoações alcandoradas de Portugal
Maria Fernandes
- 142** A aldeia de Prados no Programa de Renovação Rural: apontamentos para uma história das intervenções de reabilitação em áreas rurais no Estado Novo
Vítor Ribeiro
- 149** Identité architecturale et patrimonialisation de l’habitat en Kabylie
Zoulikha Ait-Lhadj, Messaoud Aiche, Miguel Reimão Costa
- 155** Uma ponte construída em taipa — Sobral da Adiça, Moura
Miguel Ferreira Mendes

OS POVOAMENTOS ALCANDORADOS DA CIDADE DE LISBOA EM RISCO

Filipe Mário Lopes

OPRURB, Associação Oficinas do Património e da Reabilitação Urbana
arquitecto.lopes@gmail.com

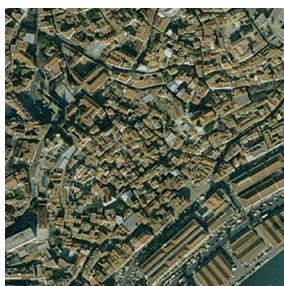
Palavras-chave: pertença, coesão social, valor de uso, transdisciplinaridade

1. Introdução

Ao tomarmos conhecimento do tema do II Congresso Internacional de Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental, pensamos nos Bairros Históricos de Lisboa que reabilitámos na década de 1990 (Lopes, 1991 e 1997), por duas razões: são povoamentos alcandorados pelo relevo do seu território e participam da cultura mediterrânica, tendo mesmo Marselha, que liderava o *Med-Urbs*, Programa da UE sobre reabilitação de centros históricos de cultura mediterrânica, convidado Lisboa a juntar-se a Rabat (Marrocos), Sousse (Tunísia) e Tripoli (Líbano) para troca de experiências. Falaremos aqui, por um lado, da ligação da morfologia do território com a identidade dos bairros nele inscritos e, por outro, das consequências das alterações da actual política urbana nessa identidade, pondo-a em risco.

2. Os Bairros Históricos – origens e morfologia territorial

A presença humana em Lisboa está atestada desde o Paleolítico (Cardoso, 1988) em vários pontos, sendo que no Castelo se encontraram vestígios da Idade do Ferro nas pesquisas arqueológicas realizadas em 1995 (Sousa, 2016). A ocupação humana desta colina iniciou-se no seu topo e foi descendo para o rio pela encosta sul. Já no século II, os Romanos estabeleceram aqui a *Olisipo* que, invadida pelos Bárbaros no século V, passou a *Alisbuna* no século VIII, tomada pelos Mouros. Estes envolveram-na de muralhas, a Cerca Moura, que com a Alcáçova e a Medina constituem o tecido urbano mais antigo visível na cidade actual. Com a sua conquista em 1147 pelos Cristãos, Alisbuna passa finalmente a *Lisboa*, e às suas portas organizam-se *Alfama* e *Mouraria*, os dois primeiros subúrbios. A cidade medieval cresceu e no século XIV D. Fernando cercou-a envolvendo-a



Tecido urbano de Alfama



Tecido urbano do Bairro Alto

em nova muralha, a Cerca Fernandina. Junto desta, surgem nos finais do século XV novos subúrbios, o *Bairro Alto*, e no século XVI a *Madragoa*, estes já ordenados por um plano, com traçado regular de quadriculas, segundo a cultura urbanística da época (Castelo Branco, 1990).

Os Bairros Históricos, fundadores da realidade urbana de Lisboa, constituem-se ao longo de tempos pré-industriais, em que o homem não alterava a morfologia do território para o ocupar e transformar, mas, antes, era esta a determinar os modos de ocupação, a que impunha as suas condicionantes. Assim, no relevo movimentado de Lisboa, de colinas com pendentes acentuadas, nasceram povoamentos naturalmente alcandorados, contidos pelos obstáculos naturais presentes que, ao condicioná-los, lhes moldaram um rosto único.

Procurando vencer os acidentes do relevo, os habitantes foram-lhe conformando assentamentos e percursos. Assim, nestas áreas de pendentes acentuadas, a rede de vias – ruas, calçadas, travessas, becos, escadinhas – são de três tipos: as que seguem as curvas de nível e formam longas vias horizontais; as perpendiculares às curvas de nível, segundo a maior pendente, que são, em consequência e frequentemente, escadas; as que cruzam obliquamente as curvas, que, sendo de inclinação suave, constituem vias de ligação e de acesso aos pontos altos.

Na colina do Castelo, as pendentes foram aproveitadas, e mesmo acentuadas, para a construção de muralhas defensivas:

- o topo da colina é cercado por um talude que foi aproveitado para construir a Cerca que contém o Castelejo e o povoado;
- a sul, a pendente que liga ao rio está contida entre dois desníveis que serviram de base à Cerca Moura que abriga as freguesias de São Tiago e Sé;
- a nascente, as pendentes e o vale formam uma concha onde se instalou Alfama com as freguesias de S. Miguel e de Santo Estêvão;
- a poente, a encosta, bastante íngreme, é percorrida por duas vias horizontais: a mais elevada serve as construções ao longo da muralha; a de meia encosta serve a freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço, esta situada em plena vertente, e liga-a à do Socorro, que ocupa uma concha exposta a norte.

Outro forte desnível separa a Mouraria da Graça, bairro de cumeeira.

Mais para poente e respondendo a necessidades diferentes da população, cujo crescimento os tornou necessários, vieram instalar-se o Bairro Alto e a Madragoa, porém, não já de modo espontâneo, mas orientados segundo um plano. O primeiro, junto à Muralha Fernandina, constituiu-se em subúrbio no século XV, segundo um plano ortogonal que, dadas as condições do relevo do território, sacrificou alguma racionalidade geométrica às possibilidades reais de assentamento urbano. Ocupa a vertente sul da colina, do Rato a São Pedro de Alcântara e Carmo. Desce do Jardim do Príncipe Real, até à margem do Tejo num tecido em quadrícula não rigorosa, com ruas seguindo a maior pendente norte/sul e transversais de nível. Na parte final, mais junto ao rio, numa depressão provocada provavelmente por um deslizamento de terras formou-se uma concha que deu origem ao Bairro da Bica, pertencendo já à freguesia de São Paulo, que abrange a parte plana do Aterro.

Vemos, pois, que a estruturação do tecido urbano destes bairros, informada pela morfologia do território, consubstancia a resposta técnica encontrada pelos que quiseram ocupá-lo às exigências que esta lhes impunha. Neste contexto, condições difíceis impostas pelo meio físico foram sendo vencidas por um esforço comum que, continuado ao longo de gerações, esculpiu um rosto próprio a cada bairro. O esforço foi prosseguido e, mais tarde, ajudado pela mecanização que permitiu a instalação dos conhecidos ascensores. Icónicos e indispensáveis, a sua presença na paisagem permite-nos uma clara percepção do grau de alcandoramento destes bairros, indiscutivelmente zonas delimitadas e unidades territoriais identificáveis.

3. Identidade e territorialidade

As vivências acumularam nestes bairros cultura e história, memórias múltiplas – tradições, festas, cantares, formas próprias de estar entre si e com os outros – que fizeram dos seus habitantes um património humano com uma identidade própria, ela mesma tornada parte insubstituível da identidade de Lisboa. As dimensões reduzidas dos espaços habitacionais e de circulação, aliadas às condições económicas quase sempre precárias, forjaram um tipo de relação própria, de matriz convivencial e de entreaajuda. O espaço exterior alarga o da casa e a conversa, o convívio e a festa acontecem como trama da vida de todos os dias. Aliás, a intimidade do lar é forçosamente partilhada em ruas cuja largura mostra o interior da casa do vizinho da frente. Todos se conhecem e o controlo social, que acontece naturalmente, revela-se um poderoso factor de segurança e mesmo, em certa medida, um travão à exclusão e marginalização sociais. O sentimento de grupo, identificado e unido por condições idênticas de vida, constrói a partilha que se manifesta nas redes de solidariedade e que foi mantendo a dignidade da pobreza, opondo o travão possível à miséria. Tudo isto reforçou, ao longo de gerações, a coesão social que deu origem a um forte sentimento de pertença dos habitantes: eles pertencem a um bairro, que tem um nome, que se distingue dos outros bairros, talvez até porque, nos começos, os obstáculos físicos dificultavam a comunicação entre bairros. Os habitantes são do bairro e o bairro é deles. Todos defendem os direitos de todos e, dum modo especial, o direito ao bairro, isto é, àquela comunidade que habita aquele território, uma e outro definindo-se em reciprocidade.

Foi esta realidade que actuou quando, em 1986, no rescaldo das lutas urbanas de Abril, se iniciou um movimento que, liderado por Alfama, se identificou no ano seguinte pela sua palavra de ordem “Alfama recuperação ou morte”, que figurava nos autocolantes das manifestações. Aí, a população tomou em mãos o seu direito à cidade, exigindo permanecer nos seus bairros e nas suas próprias casas que queriam ver dotadas de condições mínimas de dignidade. Sem esta tomada de posição, estes bairros estavam condenados a desaparecer, quer pela demolição e substituição do construído, quer pela sua utilização diferente. A força desta exigência obrigou o poder político a uma resposta, que foi dada pela criação da Reabilitação Urbana.

Mas, donde veio essa força? Claramente do sentimento de comunidade que, ao viver e actuar num território ao longo de gerações, inscreveu nele formas próprias de vida e dele tomou posse; posse efectiva, porque feita de pertença. É esta pertença dos seus habitantes que constrói e assegura a identidade de cada bairro e que só acontece num longo processo de osmose do grupo com o território que ocupa, transformando-o para inscrever nele o seu modo de estar no mundo.

Até ao século XVIII estes bairros formavam, no seu conjunto, o corpo da Cidade, abrigando a maioria dos seus habitantes. O tecido urbano misturava, então, todos os estratos sociais, assegurando cada um a função que lhe era reconhecida. Palácios, conventos e igrejas, habitação comum, oficinas, comércio, construíam um tecido económico e social variado e multifuncional. Entretanto, novos bairros foram surgindo até que a diversificação das actividades e meios de transporte, trazidos pela industrialização, veio operar uma profunda transformação urbana. As classes possidentes encontram melhores condições noutros espaços urbanos, e os bairros antigos entram em degradação, sendo que os mais acessíveis foram assistindo a uma terciarização crescente, tomando esta o lugar dos habitantes.

Aqui cabe relatar a satisfação de Françoise Choay quando, em 1998, tomou conhecimento da Reabilitação Urbana de Lisboa por coincidir com as hipóteses que avançava no fim do seu livro *L'Allégorie du Patrimoine*:



Autocolante do manifesto de Alfama



Mouraria entre Castelo e Martim Moniz

La protection stratégique des tissus anciens et leur réappropriation par des populations qui les habitent au lieu de les consommer passe par une autre voie... les associations de défense s'orientent dans cette direction et s'opposent avec un succès croissant aux projets techniques ou spéculatifs qui lèsent leurs quartiers. On ne répétera jamais assez l'avertissement de Giovannoni: les centres et les quartiers anciens ne pourront être conservés et intégrés dans la vie contemporaine que si leur nouvelle destination est compatible avec leur morphologie et leur échelle. On a vu les dangers représentés par leur mise en valeur culturelle et touristique. (Choay, 1992, p. 185)

Esta degradação foi fortemente potenciada pelo congelamento das rendas que vigorou durante décadas. O baixo nível destas, não permitindo a manutenção do parque construído, resultou em só ficarem os mais velhos e mais pobres, enquanto os de maiores recursos procuraram nas zonas novas melhores condições de habitação. Neste vazio instalou-se a desertificação de algumas zonas, com o declínio do comércio e outras actividades económicas, acentuada pela transformação e/ou desaparecimento de outras que concorriam para o rosto desses bairros: sedes de jornais no Bairro Alto, despachantes em Alfama. Este abandono permitiu o aparecimento de bolsas de aculturação e de abrigo da exclusão e da marginalidade, conduzindo à densificação destes bairros, que chegaram a registar uma relação de 2 000 hab/ha em períodos de êxodo rural e de imigração. As ideias higienistas chegaram mesmo a preconizar a demolição de Alfama, o que só não aconteceu por falta de meios. Entretanto, habitantes pobres, rendas muito baixas e casas degradadas, num tecido urbano de parcelas muito reduzidas e ruelas inacessíveis à circulação mecânica, não incentivavam o sector imobiliário, salvo algumas intervenções pontuais de gentrificação tirando partido da situação geográfica excepcional destas zonas centrais.

4. Porquê reabilitar estes bairros?

O conceito de Reabilitação Urbana que informou a actuação municipal, surgida das exigências dos moradores, nada tem em comum com o seu homónimo utilizado na prática urbana posterior e que constitui exactamente o seu contrário. Um e outro constroem cidades de sentidos opostos. Essa divergência é precisamente o que nos trouxe aqui, para, a partir da análise da experiência adquirida numa gestão urbana concreta, procurar demonstrar que a territorialização

indica caminhos de resposta aos desafios actuais da sobrevivência dos sistemas naturais porque harmoniza as necessidades reais dos homens e os direitos do território. Vejamos alguns desses caminhos então percorridos.

Desde logo, impunha-se a *manutenção dos residentes* que, ao respeitar a paisagem social existente, permite a continuidade cultural. Esta, no entanto, é já envolvida num processo de desenvolvimento social que se opõe ao estado de estagnação inicial pela instalação de melhores condições de vida que criam novas dinâmicas individuais e de grupo.

Esta manutenção tem ainda consequências decisivas na organização do tecido urbano, porque:

- contraria a gentrificação e a cidade monofuncional de comércio e lazer, que são formas de alienação da cidade;
- intensifica a sua natureza de lugar de interacção, diversidade e mistura social;
- ao fixar as classes laboriosas no seu centro, contraria movimentos pendulares com as periferias, diminuindo o tráfego mecânico.

Igualmente se impôs a *defesa da sustentabilidade*, concretizada como segue:

- a manutenção das preexistências que contraria a utilização de materiais requeridos pela construção nova, e ocioso será lembrar o gasto de energia na sua extracção, produção, transporte e colocação em obra;
- a produção mínima de entulho, nunca sendo demais lembrar que este invade paisagens e entope cursos de água, indo poluir, perigosamente, os oceanos;
- a reabilitação das estruturas dos edifícios, geralmente de madeira, dado que uma boa parte é anterior a 1755, assegurando o uso deste material orgânico, com dispensa do cimento, não degradável;
- a utilização de mão-de-obra qualificada, indispensável à precisão e variedade dos trabalhos, factor que é de grande importância, dado que eleva para cerca do dobro os efectivos necessários contribuindo, assim, para melhores níveis de emprego, além de conduzir à necessidade da sua formação, que pressupõe investigação de técnicas e materiais;
- a intervenção mínima, conceito então criado e posto em prática, que pressupõe conservar o máximo das existências assegurando a criação de condições de conforto, salubridade e segurança, e que resulta num custo que é de metade da construção social nova na periferia.

A intervenção cuidadosa no edificado, mantendo as preexistências viáveis e utilizando os mesmos materiais, consubstancia uma atitude patrimonial inadiável, dada a unidade indissolúvel entre o objecto e o homem que o constrói. Porque se as populações são portadoras dos valores de identidade dos bairros, esta só perdura em função do património que elas construíram e que abriga os seus modos de vida e expressa o seu modo de ser. O valor patrimonial destes bairros reside, pois, tanto na população e sua cultura (Costa, 1999) como nas morfologias e tipologias construtivas por ela criadas. Estes bairros constituem uma herança que temos por obrigação entregar às gerações futuras da mesma maneira que nos foi entregue pelas que nos precederam. E esta herança significa o que delas ficou de sonho, de esforço, de saber, de capacidade de adaptação ao meio. Lições que a gestão da cidade tem vindo a desprezar, empobrecendo-a, ao amputá-la das suas ligações às lembranças dos avós, ao desalojá-la do seu enraizamento, ao esquecer pensamentos como este que Françoise Choay cita ao comentar a obra de J. Ruskin: "*En nous faisant voir et toucher ce que virent et touchèrent les générations disparues, la plus humble demeure possède, au même titre que l'édifice le plus glorieux, le pouvoir de nous mettre en communication, presque en contact, avec elles.*" (Choay, 1992, p. 108). Ora, como bem sabemos, nesta gestão desaparecem uns e outros, palácios e casas modestas, quer destruídos, quer adulterados, sempre engolidos pelo lucro que os entrega a um consumo acéfalo e, mesmo quando parece que se querem manter, o que resulta é puro *pastiche* de pacotilha.

5. A Reabilitação Urbana na década de 90

Na sequência da Revolução de Abril de 1974, as populações urbanas mal alojadas travaram lutas com vista à melhoria do seu *habitat*. O Governo Provisório aprovou a Lei de Solos que, entre outras medidas, previa a criação de *áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística* conferindo às Câmaras o direito de Declaração de Utilidade Pública para Expropriação assim como o de exercerem o Direito de Preferência nas vendas de prédios. Permitia ainda a criação de Gabinetes Técnicos Locais. Em 1985 foi criado o Programa RECRUA que financiava a fundo perdido até 65% do valor das obras de reabilitação. Com base nesta armadura jurídica, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) solicitou ao Governo a declaração de "*área crítica*" para os bairros de Alfama e Mouraria, tendo neles instalado Gabinetes Técnicos Locais para trabalhar em contacto directo e quotidiano com a população, que rapidamente os pressionou no sentido de intervenções imediatas no edificado.

Perante o volume e urgência de intervenção e a força de pressão dos moradores, em 1990 a CML fez da Reabilitação Urbana um *eixo estratégico da sua gestão urbana*, tendo então alargado o processo a um conjunto de áreas que abrangeram 26 000 alojamentos com 55 000 habitantes. Alargou também as competências dos Gabinetes, passando estes a desempenhar um grande número de funções até aí da competência da administração central, numa prática de *gestão integrada*. Os Gabinetes, agora multiplicados, foram dotados de múltiplas valências profissionais – engenheiros, arquitectos, arqueólogos, historiadores, sociólogos,

juristas, economistas, assistentes sociais, geógrafos, paisagistas. Estes técnicos trabalharam em equipas, segundo uma metodologia transdisciplinar em que o contributo de cada disciplina altera e completa o das outras, numa integração de saberes que, não sendo a simples soma destes, permitiu um conhecimento aprofundado dos bairros. A este conhecimento trouxeram os habitantes uma dimensão indispensável, tornando-se parte efectiva nas soluções, e o novo estatuto, assim conquistado, operou em numerosas famílias a redescoberta da autoestima perdida. Com a reabilitação de mais de 8 000 alojamentos, realizaram ainda planos de urbanização para Alfama, Mouraria, Bairro Alto/Bica e Madragoa que estabeleciam regras de intervenção cuidadosa neste património dando consistência à preservação e manutenção das comunidades nos bairros.

A abordagem, o tratamento e as decisões foram facilitados pelas Juntas de Freguesia, sistematicamente consultadas por constituírem veículos transmissores da vontade e necessidades da população – estes organismos administrativos de poder local com origem nas paróquias, que reforçaram as comunidades locais, são um elemento poderoso de coesão da comunidade do bairro porque conhecem todas as pessoas e as necessidades individuais e colectivas.

O reabilitar bairros históricos mantendo a sua população despertou o interesse de muitos responsáveis urbanos estrangeiros que nos contactaram decepcionados com os resultados das intervenções nos seus países, onde, com o objectivo de preservar o edificado antigo, tinham deslocado os habitantes modestos ou pobres para as periferias para dar lugar aos que podiam pagar as obras (gentrificação). No âmbito desses contactos foi elaborada e aprovada por várias cidades brasileiras e portuguesas uma *Carta da Reabilitação Urbana*.

A força da legislação revolucionária permitia um controlo efetivo do mercado imobiliário. Ao dispensar a valorização fundiária induzida pela especulação imobiliária, a CML apoiou o direito dos mais pobres à habitação e ao desfrute da cidade, objectivo não muito rentável financeiramente. Em consequência, no fim da década foi-se acentuando a oposição a esta sua prática, levando-a a ceder às pressões do sector imobiliário, ao qual, tendo saturado o mercado da habitação para a população solvente, restavam os negócios do edificado antigo.

Isto explica o desinteresse da CML pela missão de avaliação, realizada em 1997-99 pela Direção do Património Cultural do Conselho da Europa, da Reabilitação então em curso em Lisboa, e de que resultou ter essa entidade organizado, no âmbito do seu próprio trabalho, uma reflexão sob o tema *Debate de Lisboa: a reabilitação do habitat nos centros e bairros antigos como factor de coesão social e de desenvolvimento económico sustentável* (Benoist *et al.*, 1999).

6. O desmantelamento do processo. Situação urbana actual

Década 2000/2010

Durante esta década, a preocupação de reduzir o Estado levou à redução do número de freguesias, cuja extensão actual estilhaçou a proximidade administrados/administradores, que reforçava os laços da comunidade, que ficou indefesa. Nestes anos foram-se preparando as condições para a retoma liberal do imobiliário. Assim,

logo após a destruição interna da Direção Municipal da Reabilitação Urbana, iniciou-se a regulamentação que iria permitir a nova estratégia urbana de abertura aos seus negócios. Para isso foi preparada a alteração do PDM de Lisboa de 1994 e do seu regulamento e também a alteração dos Planos de Urbanização dos Bairros e seus regulamentos, conformando-os com o novo PDM. Durante esta década vieram juntar-se os poderosos auxiliares *Vistos Gold* e a Lei do Alojamento Local, que fomentaram a compra de prédios. De notar o quanto esta desvirtua a atividade turística permitindo que se substitua a relação habitante/turista, que era encontro de culturas, por um negócio de grandes empresas.

Década 2010/2020

Com a aprovação do novo PDM e dos planos de urbanização dos bairros, em 2012, foram facilitadas demolições e alterações de volumetria nestes bairros, mantendo-se estrategicamente o termo de *Reabilitação* para justificar uma prática de *Renovação*.

Esta prática, porém, continuava prejudicada pela legislação ainda vigente que dificultava os despejos. Até que, finalmente, em 2013, foi publicada a Lei do Arrendamento, tão aguardada pelo Imobiliário, que lhe escancarou as portas para superar a crise que ele próprio originara ao inundar o mercado com construção nova. Um conjunto tão concertado de medidas, a que se misturou a publicidade e os *low-cost*, foi festejado como um sucesso imobiliário turístico sem que nada se tenha oposto à destruição dos bairros históricos.

E no entanto, nestes bairros, uma realidade plastificada e alienante está a expulsar o seu valor fundamental que é a comunidade humana residente, esmagada por inúmeros dramas, devidamente ocultados pelos meios de comunicação. Com efeito, dos que, dilacerados pelo desespero, se atiram da janela e dos idosos que, desterrados para a periferia, vêm todos os dias sentar-se em frente da sua antiga casa não se fala nem se escreve. Convém à economia, dizem, que o cortejo siga. Segundo parece, deve até ser ajudado com um novo Aeroporto...

Ao destruir o ser profundo destes bairros, pela transformação e adulteração dos edifícios e a expulsão dos agentes da sua vida social, a gestão urbana actual detém nas mãos um objecto espúrio e sem sentido, esvaziado do seu *valor de uso*, por ela substituído por um mero *valor de troca*, tornado puro objecto de consumo mercantil. Esta gestão destrói a cidade que era suposto defender e o resultado da sua acção apenas fala de lucro e de interesses que lhe são alheios e, sobretudo, adversos. Por ironia, interesses que só são possíveis, hoje, porque encontraram os bairros reabilitados na década dos anos 1990, sem o que, transformados e/ou destruídos, já não teriam qualquer interesse cultural, ficando, assim, claro que as actividades turísticas não teriam aí montado os seus arraiais. Igualmente clara fica a urgência em retomar o espírito inicial da Reabilitação Urbana, caminho seguro para uma cidade compatível com as linhas, já visíveis, do futuro.

7. Considerações finais

Procurámos trazer aqui um esboço de análise da relação entre a morfologia dos territórios abordados e as soluções de povoamento que ela permitiu, ou sugeriu. Aparece-nos de forma clara que essa relação se tornou

o alicerce da identidade e coesão social dos grupos que, tendo persistido no tempo, estão em desaparecimento acelerado levados pela actual gestão urbana. Esta, considerando a cidade um simples objecto de consumo, faz desaparecer a cidade constituída por um grupo orgânico de pessoas que se tornou comunidade e que o próprio território moldou.

No entanto, nestes dias, um vírus bastou para mostrar a fragilidade de tudo isto, que ele fez parar, impondo-nos a evidência de que, para sobrevivermos, todos dependemos da acção organizada de todos. Confinados no nosso espaço, individual ou familiar, experimentámos um sentimento de comunidade de que andáramos afastados. Experimentámos igualmente a inutilidade de muitas coisas que nos inundam, a par da indispensabilidade de muitas outras que nos faltam. Perante os nossos olhos, distraídos por consumos excessivos, o céu tornou-se mais azul e os animais a quem roubámos o espaço ocuparam o nosso, lembrando-nos que constituímos todos a mesma comunidade de viventes. Tornou-se mais clara a consciência de que as sociedades humanas terão de substituir os seus modelos de evolução, que, sintonizados com as suas necessidades reais, trace os limites à actual globalização desregulada, por um processo de territorialização. Este é um conceito forte sem o qual talvez não possamos reconstruir os equilíbrios naturais e humanos que, destroçados por toda a parte, ameaçam a própria sobrevivência da espécie.

No entanto, aconteceu que, de modo natural, espontâneo, os habitantes dos bairros históricos de Lisboa corporizaram-no, ao inscreverem as suas vivências num território que lhes impôs propostas e com o qual partilham a identidade que os singulariza. Sem o saberem, ao construírem o seu próprio rosto, indicaram um caminho, entre outros, para uma *cidade - de - homens*. A força das linhas desse rosto confunde-se, afinal, com as vertentes que os alcançaram.

Referências bibliográficas

- Benoist, X., Werner D., Blais, J. P. & Viau, S. (1999). *Atelier de Lisbonne sur la réhabilitation des logements dans les Centres Historiques*. Conseil de l'Europe.
- Cardoso, J. M. (1988). "Carta Arqueológica do Concelho de Lisboa – II: Inventário das Estações Arqueológicas". *Revista Municipal de Lisboa*, Ano XLIX, 2.ª série, 24, pp. 3-25.
- Castelo Branco, F. (1990). *Lisboa seiscentista*, 4.ª edição. Lisboa: Horizonte.
- Choay, F. (1992). *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Éd. du Seuil.
- Costa, F. da (1999). *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Lisboa: Celta.
- Lopes, F. M. (1991). "Reabilitação urbana em Lisboa". *Sociedade e Território*, 14-15, pp. 73-78.
- Lopes, F. M. (1997). "Reabilitação urbana de Lisboa" in AA.VV. *Regionalização e identidades locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos* [atas]. Lisboa: Edições Cosmos.
- Sousa, E. (2016). "A Idade do Ferro em Lisboa: Uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material". *CuPAUAM – Cuadernos de Prehistoria y Arqueología da Universidad Autónoma de Madrid*, 42, pp. 167-185.